



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS E CONTRATOS

DECISÃO REFERENTE À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025

AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR, BEM COMO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

RECORRENTES: RF COMERCIO DE ALIMENTOS / MAIS SAUDE MARINGÁ
PRODUTOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA

RECORRIDA: COMERCIAL SANTA ANA LTDA EPP e GRAEBIN COMERCIO
ATACADISTA LTDA / COMERCIAL SANTA ANA LTDA EPP

Diante das RAZÕES RECURSAIS interpostas tempestivamente à Pregoeira pelas empresas **RF COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI** e **MAIS SAUDE MARINGÁ PRODUTOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA**, devidamente qualificadas nos autos da licitação em epígrafe, a primeira em face das empresas **COMERCIAL SANTA ANA LTDA EPP** e **GRAEBIN COMERCIO ATACADISTA LTDA** e a segunda em face apenas da empresa **COMERCIAL SANTA ANA LTDA EPP**, também já qualificadas, vem a Pregoeira apresentar suas razões e ao final decidir:

I – DO RELATÓRIO

Em 28/01/2025 às 13h15min (uma hora e quinze minutos), foi realizado o início da fase de lances, na Plataforma BLL (www.bllcompras.com) do Pregão nº 002/2025, tendo como objeto a aquisição de merenda escolar, bem como de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das necessidades de diversas secretarias municipais.

Consagrou-se vencedora dos lotes 03, 04, 05, 06, 07, 09, 10 e 11 a empresa **COMERCIAL SANTA ANA LTDA EPP** e dos lotes 10 e 12 a empresa **GRAEBIN**



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

COMERCIO ATACADISTA LTDA, sendo nestes interposto recurso pela empresa RF COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI.

Quanto à empresa MAIS SAUDE MARINGÁ PRODUTOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA, esta interpôs recurso no lote 089, o qual teve como vencedora a empresa COMERCIAL SANTA ANA LTDA EPP.

Registradas as manifestações, foram apresentados os recursos e contrarrecursos pela Plataforma, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente, cumpre-nos consignar que a presente manifestação resulta do dever de a autoridade manifestar-se sobre os recursos interpostos, devendo analisá-los e julgá-los conforme precede a lei.

Passemos à análise das razões das Recorrentes, ressaltando-se a submissão do presente certame à Lei 14.133/2021 (NLLC), que norteará o presente exame, juntamente com todo o ordenamento jurídico.

Para tanto, convém elucidar os princípios basilares da licitação e seus objetivos, devidamente elencados nos art. 5º, 11 e 12 da NLLC:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

- I - os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;
- II - os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 desta Lei;
- III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;
- IV - a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
- V - o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;
- VI - os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

A NLLC traz à baila importantes instrumentos que norteiam o agente público na tomada de decisões e, diferentemente da normativa anterior, efetiva o conceito de proposta mais vantajosa com base em critérios que vão além do menor preço e do formalismo exacerbado.

A proposta mais vantajosa, sob a égide da NLLC, é obtida através do respeito aos princípios basilares, aos objetivos da licitação e da análise do processo licitatório desde a fase preparatória e da legalidade material, afastando a desclassificação em razão de ocorrências sanáveis, o que enseja interpretação sistemática e teleológica por parte do julgador.

Importante frisar que, em sede de diligência, foram encaminhados ofícios aos respectivos órgãos responsáveis pela vigilância sanitária das empresas, a fim de sanar as dúvidas arguidas pelos recursos.

Assim, feitas tais considerações, passa-se para a análise quanto às alegações dos recorrentes.

a) Análise de Recurso – RF COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI

A empresa em questão interpôs recurso contra as empresas COMERCIAL SANTA ANA LTDA EPP e GRAEBIN COMERCIO ATACADISTA LTDA quanto aos lotes 03, 04, 05, 06, 07, 09, 10, 11 e 12, os quais são referentes à alimentos de origem animal.

Alegou que a empresa COMERCIAL SANTA ANA LTDA EPP cotou a marca FRIGONESI a qual é apenas um abatedouro, não possuindo autorização para manipular o produto e entregá-lo a empresa que o cotou, contrariando as normas do SIP/DIPOA.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Ainda, declarou que a esta empresa não tem atividade pertinente ao objeto licitado, não possuindo liberação em sua licença sanitária, o que não permite o comércio de produtos perecíveis.

Por fim, requer:

"Por todo o exposto, peço que as empresas, COMERCIAL SANTA ANA LTDA e GRAEBIN ATACADISTA LTDA sejam desclassificadas".

Por fim, a recorrida COMERCIAL SANTA ANA LTDA EPP apresentou suas contrarrazões, onde disserta sobre as alegações postuladas pela parte recorrente. Entre seus argumentos, esta destacou que:

[...] A empresa possui licença sanitária expedida pelas autoridades competentes, que já está anexada aos presentes autos, "licença sanitária 05/2025", que permite a realização de atividades ligadas ao comércio de alimentos, incluindo carnes. É imperativo ressaltar que a licença da Comercial Santa Ana LTDA explicitamente menciona a atividade "4711-3/02 – Comércio Varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercado". Esta classificação não deixa margem para interpretação quanto à regularidade das operações da empresa na manipulação e venda de produtos perecíveis, incluindo carnes de diversos tipos. [...]

Pois bem, para uma análise minuciosa e técnica quanto ao alegado pela parte recorrente, esta Pregoeira buscou informações quanto às suas licenças sanitárias e suas autorizações para comercializar os produtos deste certame frente às autoridades competentes, fazendo os seguintes questionamentos sobre a empresa SANTA ANA LTDA e FRIGONESI.

Solicitamos que sejam verificadas as seguintes informações:

1. A licença sanitária expedida (anexa) expedida pelo Município de Ivaí-PR, autoriza a empresa em comento a comercializar carnes bovinas, suínas e aves, nos termos da legislação sanitária?
2. Dentre as atividades listadas (cnae) na licença sanitária da empresa, alguma delas autoriza a comercialização dos referidos produtos?
3. Existe alguma fiscalização em curso ou agendada para a empresa?
4. Quais medidas estão sendo tomadas para garantir a adequação da empresa às normas sanitárias e de inspeção, caso a empresa não esteja apta a comercialização?

No que se refere ao Frigorífico, solicitamos as seguintes informações:



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

1. O Frigorífico possui Licença Sanitária vigente e compatível com a atividade desenvolvida?
2. Está plenamente licenciado, de acordo com a legislação sanitária, para o desenvolvimento das atividades?

Tais questões foram enviadas ao Setor de Vigilância Sanitária deste Município, através do Memorando nº 001/2025 em anexo, para que o mesmo prestasse esclarecimentos quanto às empresas.

Em seu esclarecimento, o Chefe da Vigilância Sanitária Municipal, Jean Carlos Heck, declarou às seguintes informações quanto à empresa COMERCIAL SANTA ANA LTDA EPP:

[...] informamos que, durante vistoria realizada pela Vigilância Sanitária em 23 de janeiro de 2025, foi constatado que a empresa encontra-se em conformidade com a legislação sanitária vigente.

O CNAE 4711-3/02 permite a comercialização de carnes embaladas e processadas, incluindo cortes resfriados, congelados e embutidos desde que devidamente inspecionados e adquiridos de fornecedores registrados nos órgãos competentes [...]

Desta forma, entendemos que a empresa está apta para a comercialização dos produtos perecíveis de origem animal mencionados, respeitando os requisitos sanitários aplicáveis. [...]

Também, quanto à empresa COMINESI FRIGORÍFICO, detentor da marca Frigonesi, prestou tais esclarecimentos:

[...] informamos que a empresa recebeu dispensa de licença sanitária em 04 de fevereiro de 2025, estando vigente até o dia 04 de fevereiro de 2026 [...]

[...] Dessa forma, no momento, o frigorífico encontra-se regular perante a Vigilância Sanitária municipal.

Nota-se que a análise técnica realizada pelo setor responsável deste Município concluiu que ambas as empresas possuem autorização para comercialização, podendo a COMERCIAL SANTA ANA LTDA EPP adquirir do frigorífico os itens licitados e fornecê-los para as escolas municipais.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Desta forma, tendo em vista os fatos narrados, a apresentação de justificativas técnicas e as contrarrazões da parte recorrida, entende esta Pregoeira a negar provimento para a desclassificação da empresa SANTA ANA LTDA EPP.

Quanto à empresa GRAEBIN COMERCIO ATACADISTA LTDA, a empresa RF COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI também alegou que esta não possui em sua licença sanitária a liberação para o comércio de carne bovinas, suínas e de aves, não havendo fiscalização e acompanhamento para tal atividade. Desta maneira, esta empresa também estaria impossibilitada a comercializar os produtos desejados, requerendo sua desclassificação.

Perante estes fatos, a empresa recorrida apresentou suas contrarrazões alegando que o Edital faz menção que para participar do certame era necessário o interessado possuir ramo de atividade compatível com o objeto licitado, o qual refere-se à aquisição de merenda escolar e de gêneros alimentícios, o que se encaixa com a atividade principal da empresa, o CNAE 4639-7/01. Ainda, discorre que o documento de habilitação solicitado era de licença sanitária compatível com o objeto, o qual refere-se à aquisição de gêneros alimentícios, estando atendido pela recorrida.

Pois bem, para uma melhor elucidação dos argumentos levantados, também foi encaminhado para o Setor de Vigilância do Município de Prudentópolis, o qual é responsável pela emissão de licença sanitária à empresa recorrida, os mesmos questionamentos feitos para este Município, para que este se manifestasse quanto aos argumentos arguidos pela recorrente.

Assim, pelo Memorando 002/2025 em anexo, foi questionado o setor competente a prestar esclarecimentos a este ente público, o qual apresentou as seguintes informações:

Em resposta ao questionamento referente à aptidão da empresa GRAEBIN COMÉRCIO ATACADISTA LTDA para a comercialização de carne, informamos que, após consulta ao Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), verificamos que a referida atividade não está contemplada no registro da empresa.

Desta forma, conforme legislação vigente, a empresa não está apta a exercer a comercialização de carne até que realize a devida regularização junto aos



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

órgãos competentes, incluindo a atualização do CNAE e o cumprimento das exigências sanitárias aplicáveis.

Informamos ainda, que a referida empresa está com a licença sanitária válida até dia 10/06/2025, sendo assim, não temos nenhuma vistoria agendada até o momento. [...]

Portanto, os esclarecimentos técnicos prestados pelo órgão responsável naquele Município concluem que a empresa GRAEBIN COMÉRCIO ATACADISTA LTDA não está apta para a comercialização de carne, o que embasa a decisão a ser tomada.

Assim, tendo em vista as informações fornecidas e em análise ao recurso apresentado, decide esta Pregoeira dar provimento quanto às alegações feitas pela empresa RF COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI contra a empresa GRAEBIN COMERCIO ATACADISTA LTDA, promovendo sua desclassificação.

b) Análise de Recurso- MAIS SAÚDE MARINGÁ PRODUTOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA

A empresa em questão apresentou recurso perante a empresa COMERCIAL SANTA ANA LTDA EPP quanto ao lote 089, o qual possui como objeto a aquisição de fórmula infantil.

Alega a empresa recorrente que o produto cotado pela recorrida não se enquadra nos requisitos dispostos no Edital para o item, apresentando os seguintes argumentos:

[...] O descritivo do item 89, solicita uma fórmula infantil com a especificação de "DHA, ARA E NUCLEOTÍDEOS". No entanto, o produto cotado, NESTOGENO, da marca NESTLÉ, não contém DHA, ARA e nucleotídeos em sua composição, sendo composto apenas de prebióticos. E como está sendo requisitado que o mesmo precisa conter DHA, ARA e nucleotídeos, tal exigência se deve a questões específicas dos pacientes. Além disso, o nome do produto classificado encontra-se incompleto, uma vez que não especifica se é destinado a crianças de 0 a 6 meses ou de 6 a 12 meses, conforme solicitado no descritivo. Tal omissão configura uma abordagem inadequada, pois compromete o direito dos demais licitantes de conhecerem integralmente os produtos cotados, prejudicando, assim, a transparência e a equidade, não apenas entre os participantes, mas também em relação aos pacientes. Isso deveria ser exigido no momento da entrega da documentação/proposta ajustada pelo órgão ou entidade responsável pelo certame, a



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

fim de assegurar que as propostas sejam apresentadas de forma clara, garantindo a transparência tanto durante quanto após o processo licitatório. [...]

Para demonstrar tais fatos, a recorrente juntou ao recurso as fichas técnicas das duas versões do produto, Nestogeno 1 e Nestogeno 2, para que se pudesse analisar as fórmulas infantis cotadas pela empresa vencedora.

Por fim, requereu a desclassificação da empresa recorrida, com sua consequente convocação:

[...] E, diante de todo o exposto requer a V. Sas. o conhecimento da presente peça recursal, para julgá-la totalmente procedente, dando, assim a desclassificação da proponente COMERCIAL SANTA ANA LTDA EPP no item, e a convocação do 2º colocado, no caso, a empresa recorrente MAIS SAÚDE MARINGÁ PRODUTOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA, que atende 100% ao solicitado no edital. [...]

Ainda, cabe ressaltar que a empresa COMERCIAL SANTA ANA LTDA EPP não apresentou contrarrazões, contando o processo apenas com o recurso apresentado e os documentos que o acompanham.

Pois bem, em análise aos autos, nota-se que o produto cotado pela empresa vencedora não condiz com a descrição do item, o qual requer especificamente fórmula infantil indicada para crianças a partir dos 6 meses até 12 meses de idade, enriquecida com DHA e ARA, além de vários outros requisitos:

FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO, modificada em pó, indicada para a alimentação de crianças a partir dos 6 meses até 12 meses de idade, com proteínas/caseína, enriquecida com **DHA E ARA, nucleotídeos** e parabióticos, 100% lactose. Latas pesando 800 gramas. Na embalagem deverão constar os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, orientação para o preparo e diluição, número de lote, data de validade e quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 10 meses a partir da data de entrega. Possuir número de registro no ministério da saúde. Reposição do produto: latas danificadas/amassadas ou validade inferior a 10 meses a contar da data de entrega. Marcas pré-aprovadas: APTAMIL PREMIUM 2, NAN 2, ou equivalente ou de melhor qualidade e que atenda ao descritivo.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Desta forma, tendo em vista os fatos narrados, nota-se que a empresa vencedora não apresentou objeto compatível ao solicitado e ausentou-se de prestar informações quanto ao fato, devendo esta ser desclassificada do referido lote, dando-se prosseguimento com a segunda colocada.

III) DA DECISÃO

Diante dos fatos expostos, esta Pregoeira, CONHECE o recurso apresentado pelas Recorrentes **RF COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI** e **MAIS SAÚDE MARINGÁ PRODUTOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA**, porém, decide:

- a) Julga **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o recurso apresentado pela empresa **RF COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI**, para fins de **MANTER** a empresa **COMERCIAL SANTA ANA LTDA EPP** como vencedora dos lotes 03, 04, 05, 06, 07, 09 e 11 e, **DESCCLASSIFICAR** a empresa **GRAEBIN COMERCIO ATACADISTA LTDA** nos lotes 10 e 12.
- b) Julga **PROCEDENTE** o recurso apresentado pela empresa **MAIS SAÚDE PRODUTOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA**, para fins de **DESCCLASSIFICAR** a empresa **COMERCIAL SANTA ANA LTDA EPP** no lote 089, devendo-se prosseguir a segunda colocada.

Nestes termos, sem mais nada a considerar, será realizado o prosseguimento do certamente nos termos da Lei.

KEILA STORER BUENO

Diretora do Setor de Compras



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR.

Site: www.ivaipr.gov.br e-mail: licitacao@ivaipr.gov.br

Do: Setor de Licitações

Para: Setor Vigilância Sanitária

Memorando nº 001/2025

Assunto: Solicitação de informações adicionais sobre a situação das empresa COMERCIAL SANTA ANA LTDA

Licitação nº 002/2025

Objeto: Aquisição de merenda escolar, bem como de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das necessidades de diversas secretarias municipais.

Prezado(s) Senhor(es),

Em face dos fatos apresentados e das contrarrazões de defesa anexas, solicitamos que a Vigilância Sanitária deste município forneça esclarecimentos e informações complementares acerca da regularidade da empresa COMERCIAL SANTA ANA LTDA - CNPJ Nº 24.399.527/0001-07 conforme as seguintes questões:

1. COMERCIAL SANTA ANA LTDA:

Conforme apresentado nos documentos, a empresa COMERCIAL SANTA ANA LTDA está comercializando produtos perecíveis de origem animal, incluindo carnes bovinas, suínas e aves, embora não possua EXPRESSAMENTE a inclusão desta atividade na licença sanitária apresentada, para manipulação desses produtos.

Solicitamos que sejam verificadas as seguintes informações:

1. A licença sanitária expedida (anexa) expedida pelo Município de Ivaí-PR, autoriza a empresa em comento a comercializar carnes bovinas, suínas e aves, nos termos da legislação sanitária?
2. Dentre as atividades listadas (cnae) na licença sanitária da empresa, alguma delas autoriza a comercialização dos referidos produtos?
3. Existe alguma fiscalização em curso ou agendada para a empresa?
4. Quais medidas estão sendo tomadas para garantir a adequação da empresa às normas sanitárias e de inspeção, caso a empresa não esteja apta a comercialização?



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

2. FRIGORÍFICO FRIGONESI

A empresa COMERCIAL SANTA ANA LTDA, cotou a marca "Frigonesi" ao participar da licitação. O frigorífico detentor da marca está nos limites do Município de Ivaí, portanto, sujeito a sua fiscalização sanitária.

No que se refere ao Frigorífico, solicitamos as seguintes informações:

1. O Frigorífico possui Licença Sanitária vigente e compatível com a atividade desenvolvida?
2. Está plenamente licenciado, de acordo com a legislação sanitária, para o desenvolvimento das atividades?

Diante dos prazos legais para apresentar resposta aos recursos interpostos, **solicitado que tais informações sejam prestadas no prazo de 2 dias úteis**, a fim de que se dê prosseguimento a licitação em comento, que se trata de merenda escolar e sua ausência impacta diretamente na execução de serviços públicos essenciais.

Atenciosamente,

Ivaí (PR), 11 de fevereiro de 2025.

Keila Storer Bueno

Diretora do Setor de Compras



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Rua Exp. Bruno Estrífica, 625 – Ivaí Fone (42) 3247-1224

ESCLARECIMENTO

Em resposta à solicitação de esclarecimentos sobre a regularidade da empresa COMERCIAL SANTA ANA LTDA – CNPJ Nº 24.399.527/0001-07, informamos que, durante vistoria realizada pela Vigilância Sanitária em 23 de janeiro de 2025, foi constatado que a empresa encontra-se em conformidade com a legislação sanitária vigente.

O CNAE 4711-3/02 permite a comercialização de carnes embaladas e processadas, incluindo cortes resfriados, congelados e embutidos, desde que devidamente inspecionados e adquiridos de fornecedores registrados nos órgãos competentes. Durante a fiscalização, foi verificado que os produtos comercializados atendem a essas condições, garantindo sua segurança e qualidade para o consumo.

Além disso, a empresa possui licença sanitária vigente, com autorização expressa da Vigilância Sanitária para a comercialização dos produtos citados, não havendo irregularidades constatadas no momento da vistoria.

Dessa forma, entendemos que a empresa está apta para a comercialização dos produtos perecíveis de origem animal mencionados, respeitando os requisitos sanitários aplicáveis.

Ainda afirmo, em resposta à solicitação de informações sobre a regularidade sanitária do frigorífico MMM. COMINESI FRIGORÍFICO, detentor da marca Frigonesi, informamos que a empresa recebeu dispensa de licença sanitária em 04 de fevereiro de 2025, estando vigente até o dia 04 de fevereiro de 2026.

A dispensa foi concedida conforme os critérios estabelecidos pela legislação sanitária vigente, considerando que a empresa atende aos requisitos necessários para o desenvolvimento de suas atividades dentro do Município de Ivaí-PR. Dessa forma, no momento, o frigorífico encontra-se regular perante a Vigilância Sanitária municipal.

Atenciosamente,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Rua Exp. Bruno Estrífica, 625 – Ivaí Fone (42) 3247-1224

JEAN CARLOS HECH
Chefe da vigilância sanitária municipal
Dec N° 013/2025

Ivaí-Pr 12 de fevereiro de 2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rm Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br

email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

Do: Setor de Licitações

Para: Setor Vigilância Sanitária

Memorando nº 002/2025

Assunto: Solicitação de informações adicionais sobre a situação das empresa **GRAEBIN COMERCIO ATACADISTA LTDA**

Licitação nº 002/2025

Objeto: Aquisição de merenda escolar, bem como de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das necessidades de diversas secretarias municipais.

Prezado(s) Senhor(es),

Em face dos fatos apresentados e das contrarrazões de defesa anexas, solicitamos que a Vigilância Sanitária deste município forneça esclarecimentos e informações complementares acerca da regularidade da empresa **GRAEBIN COMERCIO ATACADISTA LTDA** - CNPJ Nº 54.630.581/0001-74 conforme as seguintes questões:

1. GRAEBIN COMERCIO ATACADISTA LTDA:

Conforme apresentado nos documentos, a empresa **GRAEBIN COMERCIO ATACADISTA LTDA** está comercializando produtos perecíveis de origem animal, incluindo carnes bovinas, suínas e aves, embora não possua EXPRESSAMENTE a inclusão desta atividade na licença sanitária apresentada, para manipulação desses produtos.

Solicitamos que sejam verificadas as seguintes informações:

1. A licença sanitária expedida (anexa) expedida pelo Município de Ivaí-PR, autoriza a empresa em comento a comercializar carnes bovinas, suínas e aves, nos termos da legislação sanitária?
2. Dentre as atividades listadas (cnae) na licença sanitária da empresa, alguma delas autoriza a comercialização dos referidos produtos?
3. Existe alguma fiscalização em curso ou agendada para a empresa?
4. Quais medidas estão sendo tomadas para garantir a adequação da empresa às normas sanitárias e de inspeção, caso a empresa não esteja apta a comercialização?



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

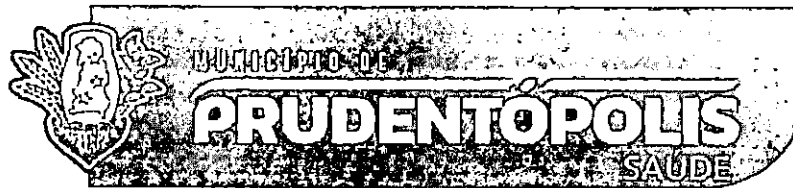
Diante dos prazos legais para apresentar resposta aos recursos interpostos, solicitado que tais informações sejam prestadas no prazo de 2 dias úteis, a fim de que se dê prosseguimento a licitação em comento, que se trata de merenda escolar e sua ausência impacta diretamente na execução de serviços públicos essenciais.

Atenciosamente,

Ivaí (PR), 12 de fevereiro de 2025.

Keila Storer Bueno

Diretora do Setor de Compras



Ofício n.º 002/2025

Em, 11 de fevereiro de 2025.

Prezada Senhora,

Em resposta ao questionamento referente à aptidão da empresa **GRAEBIN COMÉRCIO ATACADISTA LTDA** para a comercialização de carne, informamos que, após consulta ao Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), verificamos que a referida atividade não está contemplada no registro da empresa.

Dessa forma, conforme a legislação vigente, a empresa não está apta a exercer a comercialização de carne até que realize a devida regularização junto aos órgãos competentes, incluindo a atualização do CNAE e o cumprimento das exigências sanitárias aplicáveis.

Informamos ainda, que a referida empresa está com a licença sanitária válida até dia 10/06/2025, sendo assim, não temos nenhuma vistoria agendada até o momento.

Sem mais, reitero meus protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Michelle Ternoski Lemos

Diretora Vigilância em Saúde e Vigilância Sanitária

Prezada

Keila Storer Bueno

Diretora do Setor de Compras

Ivaí-PR

VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Departamento de Vigilância Sanitária, ambiental e saúde do trabalhador

Departamento de Vigilância epidemiológica

Rua São Josafat, 835 – Centro – Prudentópolis – Paraná – CEP 84400 000